

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.422.109
Preferenciais	0
Total	1.422.109
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.776.053	1.720.922	1.439.611
1.01	Ativo Circulante	73.030	52.771	46.259
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.912	18.592	24.854
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.912	18.592	24.854
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.814	4.210	4.684
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.814	4.210	4.684
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	2.689	3.897	3.740
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	125	313	944
1.01.03	Contas a Receber	16.007	12.429	10.731
1.01.03.01	Clientes	16.007	12.429	10.731
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.089	914	394
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.089	914	394
1.01.07	Despesas Antecipadas	634	1.601	517
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	634	1.601	517
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35.574	15.025	5.079
1.01.08.03	Outros	35.574	15.025	5.079
1.01.08.03.01	Outros Créditos	6.388	3.312	272
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	1	0	310
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	4.497	5.121	4.497
1.01.08.03.04	Seguros a Receber	24.688	6.592	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.703.023	1.668.151	1.393.352
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.881	17.665	17.120
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.881	17.665	17.120
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	1.286	1.227	1.205
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	16.595	16.438	15.915
1.02.03	Imobilizado	14.426	13.406	13.704
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.426	13.406	13.704
1.02.04	Intangível	1.670.716	1.637.080	1.362.528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.04.01	Intangíveis	1.670.716	1.637.080	1.362.528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.776.053	1.720.922	1.439.611
2.01	Passivo Circulante	196.280	174.984	160.438
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.078	3.980	3.703
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.078	3.980	3.703
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.078	3.980	3.703
2.01.02	Fornecedores	23.288	23.924	19.432
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.288	23.924	19.432
2.01.02.01.01	Fornecedores	23.288	23.100	19.432
2.01.02.01.02	Risco Sacado	0	824	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.183	3.598	3.159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.183	3.598	3.159
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.183	3.598	3.159
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.857	43.654	35.019
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.044	37.140	33.912
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.044	37.140	33.912
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	12.813	6.514	1.107
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	12.813	6.514	1.107
2.01.05	Outras Obrigações	90.922	76.111	1.896
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	720	1.840	1.286
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	720	1.840	1.194
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	92
2.01.05.02	Outros	90.202	74.271	610
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	711	679	610
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	89.491	73.592	0
2.01.06	Provisões	18.952	23.717	97.229
2.01.06.02	Outras Provisões	18.952	23.717	97.229
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	18.952	23.717	23.748
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	0	0	73.481

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02	Passivo Não Circulante	501.399	469.388	447.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	286.044	307.465	324.059
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	253.804	290.809	324.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	253.804	290.809	324.059
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	32.240	16.656	0
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	32.240	16.656	0
2.02.02	Outras Obrigações	24.709	20.554	16.379
2.02.02.02	Outros	24.709	20.554	16.379
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	24.709	20.554	16.379
2.02.04	Provisões	190.646	141.369	107.272
2.02.04.02	Outras Provisões	190.646	141.369	107.272
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	68.442	61.182	58.374
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	122.204	80.187	48.898
2.03	Patrimônio Líquido	1.078.374	1.076.550	831.463
2.03.01	Capital Social Realizado	1.422.109	1.183.000	900.500
2.03.01.01	Subscrito	1.422.109	1.183.000	900.500
2.03.02	Reservas de Capital	579	579	579
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	579	579	579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-344.314	-107.029	-69.616

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	439.747	494.703	426.558
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-438.903	-483.534	-437.327
3.03	Resultado Bruto	844	11.169	-10.769
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-183.586	-20.052	-12.623
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.438	-20.060	-12.791
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-161.148	8	168
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	-1	8	168
3.04.05.04	Impairment	-161.147	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-182.742	-8.883	-23.392
3.06	Resultado Financeiro	-54.543	-28.575	-30.167
3.06.01	Receitas Financeiras	4.418	4.757	1.946
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.961	-33.332	-32.113
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-237.285	-37.458	-53.559
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	45	-923
3.08.01	Corrente	0	45	-635
3.08.02	Diferido	0	0	-288
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-237.285	-37.413	-54.482
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-237.285	-37.413	-54.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,18239	-0,03588	-0,07057

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-237.285	-37.413	-54.482
4.03	Resultado Abrangente do Período	-237.285	-37.413	-54.482

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	55.314	67.329	87.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.007	115.770	92.125
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-237.285	-37.413	-54.482
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	82.635	65.705	55.716
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	179	888	581
6.01.01.05	Capitalização de juros	-26.948	-27.452	-16.630
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	36.866	35.969	31.659
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	44.744	35.607	30.638
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	40.641	36.827	37.183
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	282	161	169
6.01.01.10	Obrigações com Poder Concedente	8.533	7.853	7.171
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-52	-50	-11
6.01.01.12	Tributos diferidos	0	0	288
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	-45	635
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-2.411	-2.280	-792
6.01.01.19	Atualização monetária e Provisão outras contas a pagar	15.676	0	0
6.01.01.20	Impairment	161.147	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-68.693	-48.441	-4.397
6.01.02.01	Clientes	-3.860	-1.859	-1.199
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-175	-520	250
6.01.02.03	Despesas antecipadas	967	-1.084	-83
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-7	28	-770
6.01.02.05	Outros créditos, adiantamento a fornecedores e seguros a receber	-20.548	-9.257	70
6.01.02.06	Fornecedores e risco sacado	-636	4.492	3.555
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	1.098	277	253
6.01.02.08	Partes relacionadas	-1.121	864	-145
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	585	439	187
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	-2.727	-4.318	-779

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção	-38.146	-34.050	0
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-8.501	-7.784	-7.136
6.01.02.13	Outras contas a pagar	4.378	4.286	2.035
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	45	-635
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-215.393	-282.402	-244.296
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-5.344	-3.441	-4.904
6.02.02	Aquisição de intangível	-213.699	-281.192	-239.308
6.02.03	Aplicações financeiras	188	631	-527
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	3.462	1.600	443
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	158.399	208.811	169.771
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-47.033	-40.390	-37.708
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-33.677	-33.299	-31.521
6.03.07	Aporte de Capital	239.109	282.500	239.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.680	-6.262	13.203
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.592	24.854	11.651
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.912	18.592	24.854

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.109	0	0	0	0	239.109
5.04.01	Aumentos de Capital	239.109	0	0	0	0	239.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	900.500	579	0	-69.616	0	831.463
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.500	579	0	-69.616	0	831.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282.500	0	0	0	0	282.500
5.04.01	Aumentos de Capital	282.500	0	0	0	0	282.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.413	0	-37.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.413	0	-37.413
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	661.500	579	0	-15.134	0	646.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	661.500	579	0	-15.134	0	646.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.000	0	0	0	0	239.000
5.04.01	Aumentos de Capital	239.000	0	0	0	0	239.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-54.482	0	-54.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-54.482	0	-54.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	900.500	579	0	-69.616	0	831.463

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	460.800	514.153	443.580
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	241.220	224.667	196.635
7.01.02	Outras Receitas	5.665	5.233	4.700
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	213.915	284.253	242.245
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-344.057	-405.544	-366.040
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-327.632	-392.136	-355.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.183	-13.336	-10.005
7.02.04	Outros	-242	-72	-58
7.03	Valor Adicionado Bruto	116.743	108.609	77.540
7.04	Retenções	-243.783	-65.705	-55.716
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.635	-65.705	-55.716
7.04.02	Outras	-161.148	0	0
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	-1	0	0
7.04.02.03	Impairment	-161.147	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-127.040	42.904	21.824
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.418	4.765	2.114
7.06.02	Receitas Financeiras	4.418	4.757	1.946
7.06.03	Outros	0	8	168
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	0	8	168
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-122.622	47.669	23.938
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-122.622	47.669	23.938
7.08.01	Pessoal	32.421	29.922	26.366
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.131	22.638	19.507
7.08.01.02	Benefícios	6.911	6.107	5.738
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.379	1.177	1.121
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.811	19.333	17.887
7.08.02.01	Federais	9.012	8.346	8.272
7.08.02.03	Municipais	11.799	10.987	9.615

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.431	35.827	34.167
7.08.03.01	Juros	6.777	6.011	15.029
7.08.03.02	Aluguéis	2.470	2.495	2.054
7.08.03.03	Outras	52.184	27.321	17.084
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-237.285	-37.413	-54.482
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-237.285	-37.413	-54.482

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2023

Introdução

A Administração da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2022.

Companhia

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a Eco101 assinou o Contrato de Concessão para exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açu, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

Relicitação

Em 15 de julho de 2022, a Companhia protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Ocorre que, em 26 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para prorrogar por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Terceiro Aditivo será extinto e realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A ECO101 permanecerá operando o trecho concedido até a nova licitação, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes do aditivo assinado em 30 de agosto de 2023, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação a ser registrado no balanço e no resultado da controladora e da Companhia.

A ECO101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Destaques operacionais e financeiros

O volume de tráfego atingiu 60.249 mil veículos equivalentes pagantes em 2023, que corresponde a um aumento de 5,1% em relação ao ano anterior.

A receita líquida atingiu R\$439,7 milhões em 2023 (-11,1%). A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$225,8 milhões em 2023 (+7,3%).

O EBITDA ajustado² totalizou R\$92,9 milhões em 2023 (+9,1%) e a margem EBITDA² Ajustada, 41,1%, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões (vide Nota 11).

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego ¹	60.249	57.340	5,1%
Tarifa Média	4,00	3,91	2,2%
Receita líquida	439,7	494,7	-11,1%
EBITDA Ajustado ²	92,9	85,1	9,1%
Margem EBITDA Ajustada ²	41,1%	40,4%	0,7 p.p.
Capex	284,1	346,1	-17,9%

1) Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para manutenção e o ajuste de *impairment* em 2023.

Volume de tráfego

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 60.249 mil em 2023, que corresponde a um aumento de 5,1% em relação a 2022. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 11,0% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 2,6% influenciado pelo ciclo de celulose da região.

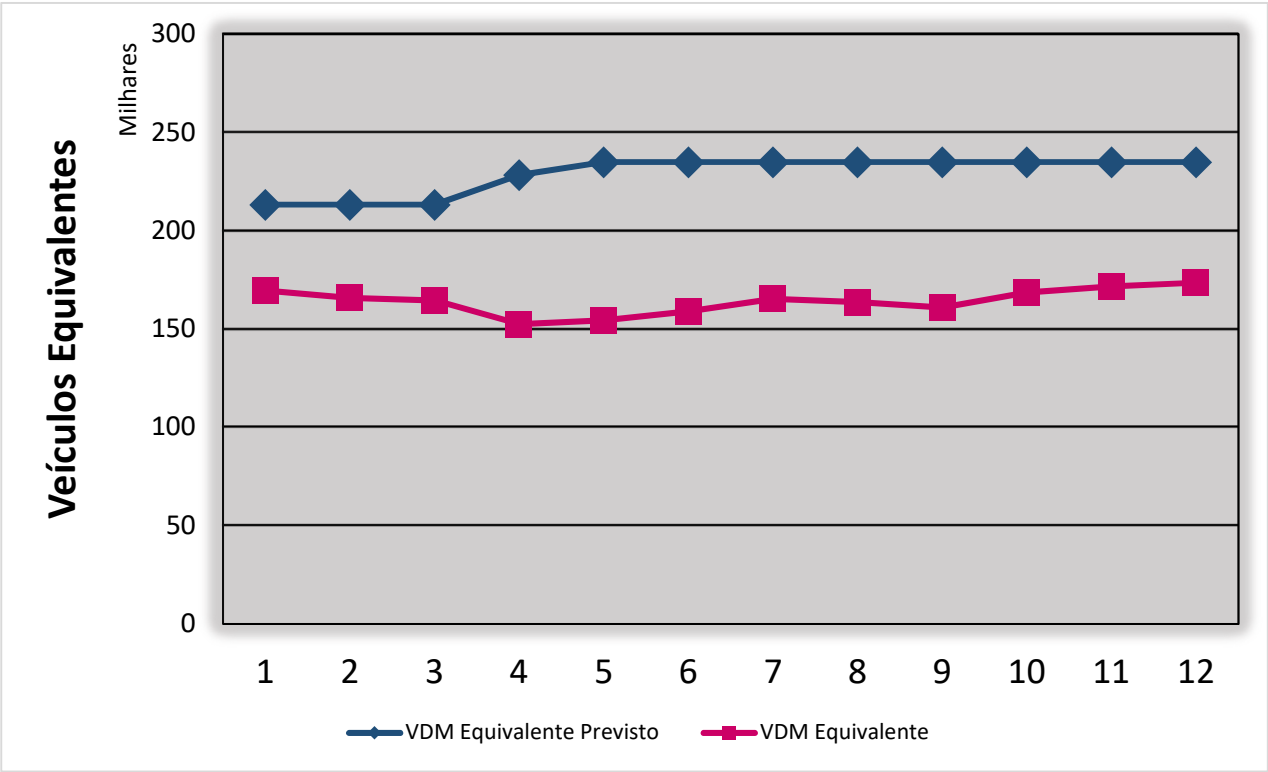
Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	18.646	16.803	11,0%
Pesados	41.603	40.537	2,6%
Total	60.249	57.340	5,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2023, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



Tarifa e tarifa média

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 2,2% em 2023.

Em setembro de 2023, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com redução de 6,69% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores X e D. O reajuste considerou o reequilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+0,11631%).

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Eco101	4,00	3,91	2,2%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Praça de Pedágio	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)								
	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 KM 0,8	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 KM 85,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30
P3 KM 171,7	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 KM 242	4,20	8,40	6,30	12,60	8,40	16,80	21,00	25,20	2,10
P5 KM 320,8	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 KM 398,9	3,60	7,20	5,40	10,80	7,20	14,40	18,00	21,60	1,80
P7 KM 452	2,00	4,00	3,00	6,00	4,00	8,00	10,00	12,00	1,00

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$460,8 milhões em 2023, redução de 10,4% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao menor volume de obras no período e consequentemente menor receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$21,1 milhões, aumento de 8,2% em relação a 2022.

Receitas de Pedágio: R\$241,2 milhões em 2023, aumento de 7,4% devido ao crescimento do tráfego de veículos.

Receitas Acessórias: R\$5,7 milhões em 2022, aumento de 8,3%, em função do incremento nos contratos de uso da faixa de domínio, arrendamentos de área e fibra ótica.

Receita de Construção: R\$213,9 milhões em 2023, redução de 24,7% devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.239,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	241,2	224,7	1.646,6
Receitas Acessórias	5,7	5,2	38,0
Receita de Construção	213,9	284,3	1.580,3
Total	460,8	514,2	3.264,9

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Custos e despesas operacionais**

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$461,3 milhões em 2023, redução de 8,4% em relação a 2022. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$132,9 milhões, aumento de 6,0%. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	32,4	29,9	8,4%
Conservação e manutenção	25,0	21,4	16,9%
Serviços de terceiros	33,0	32,5	1,4%
Seguros, Poder Concedente e locações	13,9	12,3	12,9%
Outros	28,6	29,2	-2,1%
Custos caixa	132,9	125,4	6,0%
Depreciação e amortização	82,6	65,7	25,8%
Provisão para manutenção	31,9	28,3	12,7%
Custo de construção de obras	213,9	284,3	-24,7%
TOTAL	461,3	503,6	-8,4%

Pessoal: R\$32,4 milhões em 2023, aumento de R\$2,5 milhões (+8,4%) devido, principalmente, à provisão de reclamações trabalhistas e ao reajuste salarial, conforme acordo coletivo de trabalho.

Conservação e manutenção: R\$25,0 milhões em 2023, aumento de R\$3,6 milhões (+16,9%), devido, principalmente, aos custos com material de iluminação e conservação de revestimento vegetal.

Serviços de terceiros: R\$33,0 milhões em 2023, aumento de R\$0,5 milhão (+1,4%), devido aos custos com serviço de limpeza.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$13,9 milhões em 2023, aumento de R\$1,6 milhão (+12,9%), devido, principalmente, aos gastos com seguros e garantias correspondentes e ao reajuste da Taxa de Fiscalização para o poder concedente.

Outros: R\$28,6 milhões em 2023, redução de R\$0,6 milhão (-2,1%) devido, principalmente, à diminuição da provisão para multas administrativas.

Depreciação e Amortização: R\$82,6 milhões em 2023, aumento de R\$16,9 milhões (+25,8%), devido ao incremento da base de ativos.

Provisão para manutenção: R\$31,9 milhões em 2023, aumento de R\$3,6 milhões (+12,7%) devido à readequação do cronograma de provisão dos custos com manutenções futuras.

Custo de construção de obras: R\$213,9 milhões em 2023, redução de R\$70,3 milhões (-24,7%), devido ao menor volume de obras no exercício.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.967,6 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	461,3	503,6	2.002,7

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA

Em 2023, o EBITDA¹ totalizou R\$100,1 milhões negativos, em função da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões (vide Nota 11). O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e provisão para *impairment*, totalizou R\$ 92,9 milhões (margem EBITDA ajustada de 41,1%), aumento de 9,1% em relação a 2022.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Prejuízo do Exercício	(237,3)	(37,4)	n.m.
Depreciação e amortização	82,6	65,7	25,8%
Resultado Financeiro	54,5	28,6	90,9%
Imposto de renda e contribuição social	-	(0,0)	-100,0%
Receita de Construção	213,9	284,3	-24,7%
Custo de Construção	(213,9)	(284,3)	-24,7%
EBITDA¹	(100,1)	56,8	n.m.
Margem EBITDA¹	-22,8%	11,5%	-34,3 p.p.
Provisão para manutenção	31,9	28,3	12,7%
(-) Impairment Eco101	161,1	-	n.m.
EBITDA Ajustado²	92,9	85,1	9,1%
Margem EBITDA Ajustada²	41,1%	40,4%	0,7 p.p.

1) Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022

2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para manutenção

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$54,5 milhões, o que representa aumento de 90,9% em relação a 2022. Esse impacto ocorreu devido, principalmente, ao aumento de atualização monetária de contas a pagar e ao aumento de variação monetária da provisão para contingências diversas, registrado na linha de outros efeitos financeiros.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29,6)	(32,5)	-9,0%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(3,1)	(2,5)	25,3%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(8,8)	(8,6)	2,5%
Receitas de aplicações financeiras	4,3	4,7	-8,7%
Outros efeitos financeiros	(17,3)	10,4	n.m.
TOTAL	(54,5)	(28,6)	90,9%

Prejuízo do Exercício

Em 2023, a Eco101 apresentou prejuízo de R\$237,3 milhões, em virtude, principalmente, da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões (vide Nota 11.e).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Disponibilidade Financeira e Endividamento**

A Eco101 encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$36,3 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos de R\$294,8 milhões, sendo 86,1% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,7 milhão e o saldo com arrendamentos a pagar era de R\$45,1 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$258,5 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado atingiu 2,8x, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, e 18 da Demonstrações Financeira da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	41,0	37,1	10,5%
Empréstimos e financiamentos	41,0	37,1	10,5%
Longo Prazo	253,8	290,8	-12,7%
Empréstimos e financiamentos	253,8	290,8	-12,7%
Dívida Bruta¹	294,8	327,9	-10,1%
Obrigações com Poder Concedente	0,7	0,7	4,7%
Arrendamentos a Pagar	45,1	23,2	94,4%
Endividamento Bruto	340,6	351,8	-3,2%
Caixa e equivalentes de caixa / Aplic. Financeiras / Conta Reserva	36,3	39,2	-7,4%
Endividamento Líquido	304,3	312,6	-2,6%
Dívida Líquida¹	258,5	288,7	-10,5%

1) Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$284,1 milhões em 2023. Os principais investimentos ocorreram nas obras de interseção, passarelas e conservação especial de pavimento.

CAPEX (em milhões de R\$)	2023		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Eco101	246,0	38,1	284,1

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	4,5	2,8	1,7
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	0,9	2,1	0,3
Contrato de concessão	153,7	109,1	68,2
Intangível em andamento	124,9	145,6	144,7
Software de terceiros	0,2	1,2	0,3
Capex Total	284,1	260,8	215,2

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2020
Intangível	278,8	255,9	1.774,0
Imobilizado	5,3	4,9	58,7
Investimentos totais	284,1	260,8	1.832,7

Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$127,0 milhões negativos, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$161,1 milhões, isto é, -27,6% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 35,9 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$42,9 milhões e a representatividade de 8,3%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2021	Var.
Valor adicionado líquido	(127,0)	42,9	n.m.
Receita operacional bruta	460,8	514,2	-10,4%
Representatividade	-27,6%	8,3%	-35,9 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$11,8 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	11,8	11,0	80,5

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

Planejamento e Gestão empresarial

O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

A Companhia, desde a assunção do Contrato de Concessão, desenvolve seu Sistema de Gestão Integrado alicerçado nos requisitos das Normas: ISO 9001; ISO 9004; ISO 14001 e OHSAS 18001; tendo em maio/2015 realizado a primeira auditoria interna e submetido à ANTT, seu Manual de Gestão.

Investindo na evolução do seu Sistema de Gestão Integrado, a Eco101 desde outubro de 2017, tem mantido para todos os seus processos e sites, as certificações nas normas: ISO 9001:2008, ISO 14001:2008 e OHSAS 18001:2017 com o seguinte escopo:

“Atividades de administração de serviços em rodovia incluindo: Todas as atividades de conservação de rotina, projetos e gestão de obras, operação, manutenção, pedágio, assistência ao usuário, inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar, serviço de pesagem e serviço mecânico”.

Estas certificações confirmam o compromisso da Eco101 com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Recursos Humanos**

Em 2023, a Companhia investiu R\$134,5 mil (R\$64,8 mil em 2022) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Gerente de atendimento ao usuário	1	0,07
Coordenador de tráfego	1	0,07
Supervisor de tráfego	2	0,13
Analista de tráfego	2	0,13
Fiscal faixa de domínio	1	0,07
Analista de faixa de domínio	3	0,20
Supervisor CCO	1	0,07
Operador de CCO	20	1,33
Operador de balança e serviços	53	3,53
Operador de tráfego	55	3,66
Guincho leve	48	3,20
Guincho pesado	28	1,87
Coordenador de guincho	3	0,20
Médico	31	2,07
Condutor	63	4,20
Resgatista	33	2,20
Enfermeiro	43	2,86
Técnico de enfermagem	48	3,20
Coordenador médico	1	0,07
Total de Pessoal - Operacional	437	29,11
Coordenador de pedágio	1	0,07
Supervisor de pedágio	2	0,13
Controlador de sistema rodoviário	9	0,60
Arrecadador	177	11,79
Assistente Administrativo	2	0,13
Assistente de pedágio	7	0,47
Total de Pessoal - Pedágio	198	13,19
Total de Pessoal - Concessionária	635	42,31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

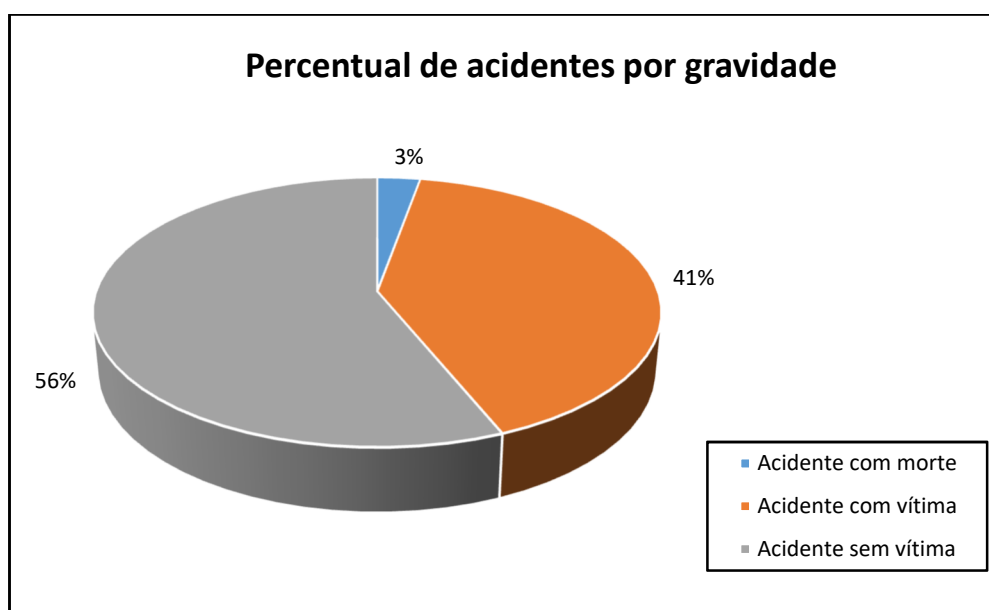
Indicadores Operacionais

Segurança no Trânsito

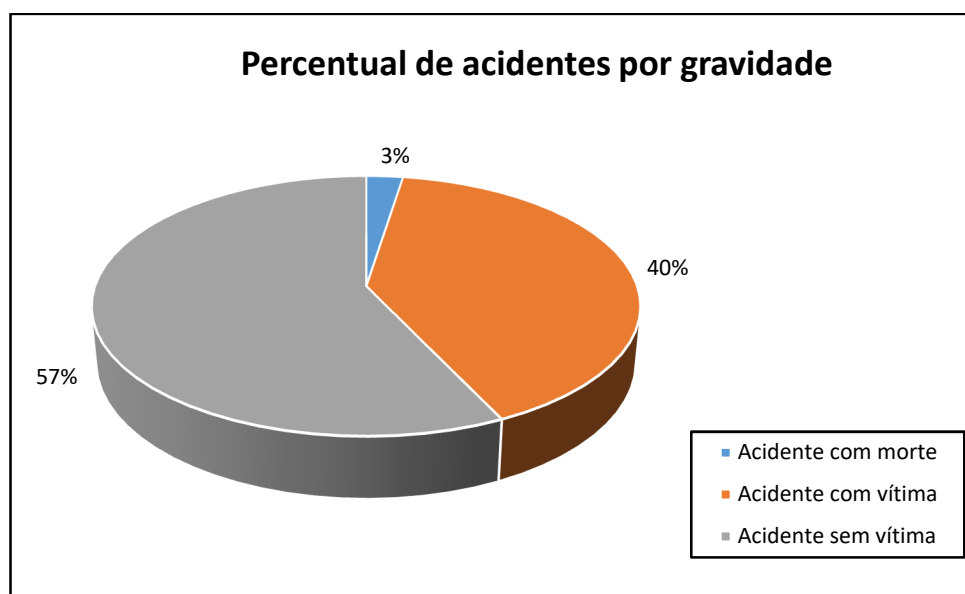
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2023



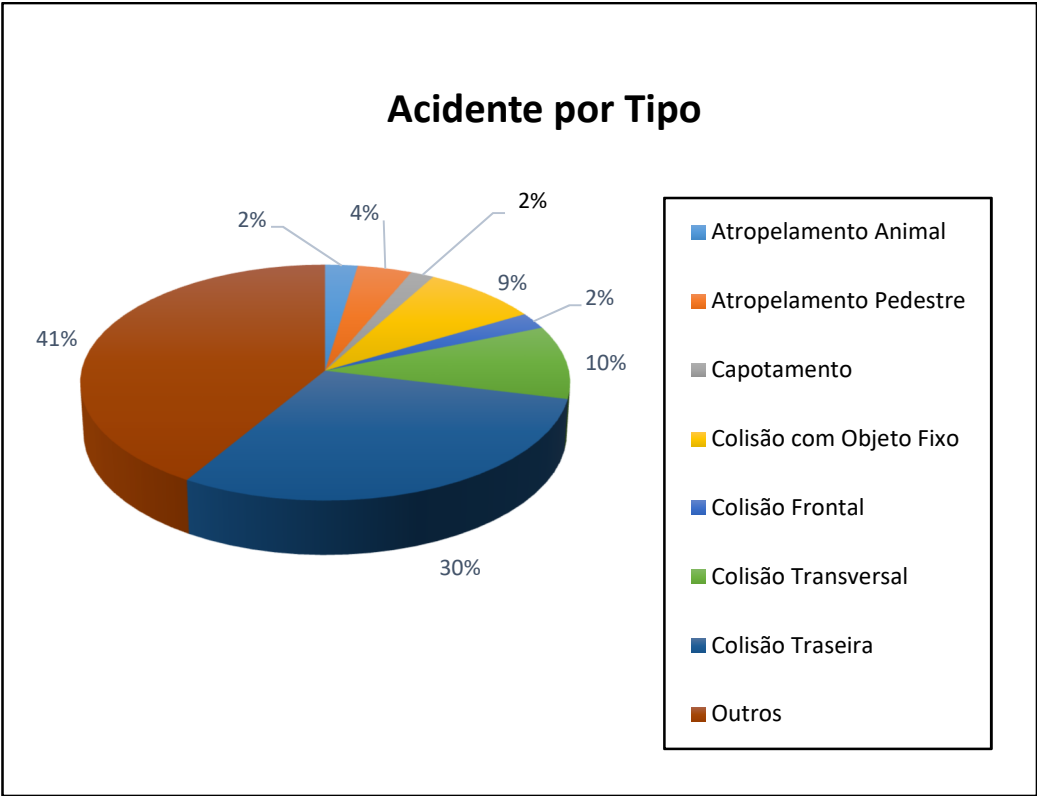
Percentual de acidentes por gravidade em 2022



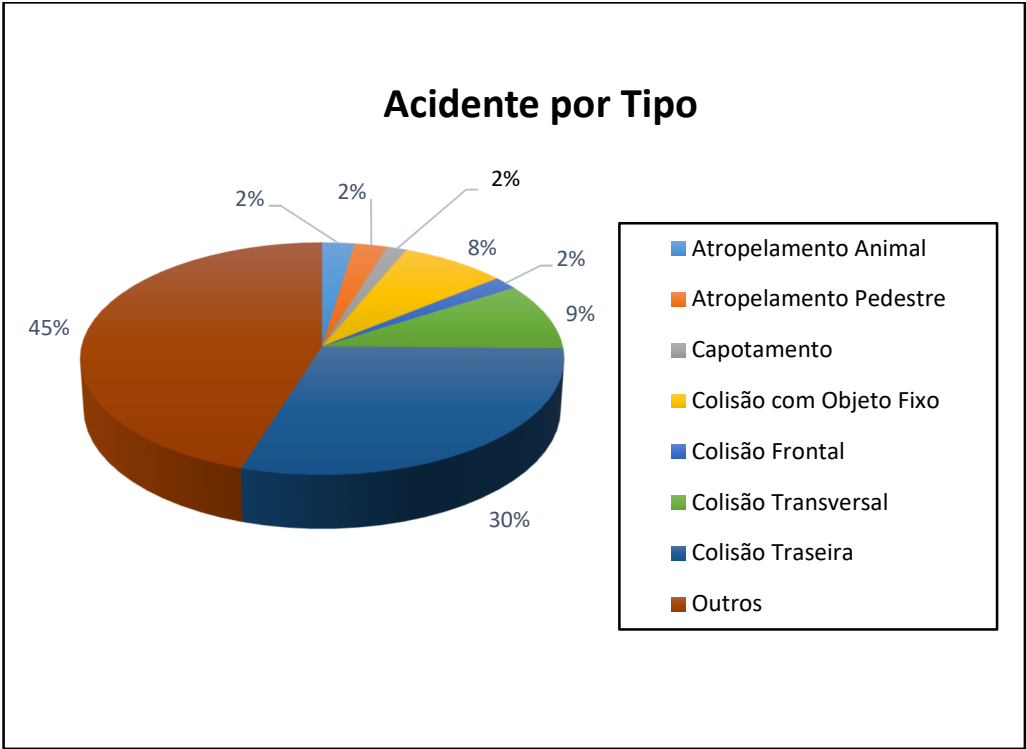
A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Acidente por tipo em 2023



Acidente por tipo em 2022



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Dados de Operação da Concessão***Veículos Alocados*

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	12	2,52
Guincho leve	12	2,52
Guincho pesado	3	0,63
Guincho super pesado	3	0,63
Ambulância Tipo C	8	1,68
Ambulância Tipo D - UTI	4	0,84
Total de veículos operacionais	42	8,83
Administração	28	5,88
Pedágio	2	0,42
Caminhão pipa	3	0,63
Caminhão boiadeiro	3	0,63
Segurança do trabalho	1	0,21
Manutenção	1	0,21
Faixa de domínio	1	0,21
Total de veículos de apoio	39	8,19
Total de veículos aplicados na concessão	81	17,02

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Concessionária em números**

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	478,7 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 19.116.671 milhões Caminhões: 9.453.373 milhões
Tarifa	Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio	7 (sete)
Número de quilômetros mantidos	478,7 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	Cat 1: 194.921
	Cat 2: 45.936
	Cat 3: 2.351
	Cat 4: 63.444
	Cat 5: 1.142
	Cat 6: 56.450
	Cat 7: 51.557
	Cat 8: 139.294
	Cat 9: 5.990
	Outros : 99.133
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	164.160 mil
Equipes utilizadas pela concessionária	Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão
Índices de qualidade de estrada	Deflexão característica (DC)
	Flecha na trilha de roda
	Índice de condição do pavimento (ICP)
	Índice de Gravidade Global (IGG)
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
	Índice de retrorrefletância
	Trincamento (TR)
	Valor de resistência a derrapagem (VRD)
Receita de pedágio em 2023	R\$ 241,2 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2022	R\$ 247,4 milhões

Fator Trabalho

Número de trabalhadores	635 funcionários
Despesas com pessoal em 2023	R\$ 32,4 milhões

Fator Capital

Despesas de depreciação em 2023	R\$ 82,6 milhões
Ativo líquido	R\$ 36,3 milhões
Ativo bruto	R\$ 1.776,1 milhões
Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 2.377,7 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2023	9,88%

Fatores Intermediários

Despesas de administração em 2023	R\$ 22,5 milhões
Despesas com manutenção em 2023	R\$ 25,0 milhões
Outras despesas	R\$ 28,6 milhões

Seguridade

Quantidade de acidentes	Sem feridos: 2047
	Com feridos: 1493
	Com mortos: 103

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 4,00
Custo por veículo ou km	R\$ 4,11

Balanço Social

1 - Base de cálculo	2023 Valor em R\$ mil	2022 Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	460.800	514.153
Receita líquida (RL)	439.747	494.703
Resultado Operacional (RO)	-182.742	-8.883
Folha de Pagamento bruta (FPB)	32.421	29.922
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	32.421	29.922
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.140	10%	1%	2.890	10%	1%
Encargos sociais	4.970	17%	1%	4.680	16%	1%
Previdência privada	379	1%	0%	293	1%	0%
Saúde	3.461	12%	1%	2.981	10%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	67	0%	0%	23	0%	0%
Educação	42	0%	0%	50	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	134	0%	0%	65	0%	0%
Creches ou auxílio creche	97	0%	0%	98	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.315	4%	0%	1.695	6%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	13.605	45%	3%	12.775	43%	3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	81	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	1	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	4	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	9	0%	0%	5	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	95	0%	0%	5	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	95	0%	0%	5	0%	0%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.444	8%	1%	2.726	9%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.120	4%	0%	577	2%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	3.564	12%	1%	3.303	11%	1%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	411	390
Tempo de serviço	13% até seis meses 13% de seis meses a um ano 10% entre um e dois anos 24% entre dois e cinco anos 40% mais de cinco anos	1,5% até seis meses 9,2% de seis meses a um ano 19,5% entre um e dois anos 26,7% entre dois e cinco anos 43,1% mais de cinco anos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nº de admissões durante o período	114	62
Nº de demissões durante o período	113	90
Nº de colaboradores terceirizados	1.362	1.151
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	18	12
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	60	52
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	288	290
Nº de colaboradores acima de 45 anos	45	36
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	238	223
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.935.734	6.473.126
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	225	185
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	12	13
Total de horas extras trabalhadas	48.714	76.015
Total de horas extras pagas	712.282	628.313
Total de INSS pagos	3.622	3.504
Total de FGTS pago	1.348	1.177
Total de Contribuição Sindical paga	487	187
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	215	0
Total de CSLL recolhidos no período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	29	31
Total de COFINS recolhidos no período	177	190
Total de outros tributos recolhidos no período	11.799	10.987

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2842%	3413%
Número total de acidentes de trabalho	3	5

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve(X) segue as normas da OIT() incentiva as normas da OIT	() não se envolve(X) segue as normas da OIT() incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	88,6% na Concessionária 0% no PROCON 11,4% na Justiça	89,0% na Concessionária 0% no PROCON 11,0% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	40,6% governo -78,5% acionistas -26,4% colaboradores 193,5% terceiros	40,6% governo -78,5% acionistas 62,8% colaboradores 75,2% terceiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$117,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Serra – ES, 13 de março de 2024.

A Administração

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, possui prazo final em 09 de maio de 2038. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.a). A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra – ES. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Relicitação

Em 15 de julho de 2022, a Companhia protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabelece as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. A vigência do Terceiro Aditivo terá início em 180 dias contados a partir da data de publicação no Diário Oficial da União, em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão. Ocorre que, em 26 de fevereiro de 2024 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para prorrogar por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Aditivo e o Quarto Termo Aditivo serão extintos e realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Terceiro Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Terceiro Aditivo. A ECO101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes do aditivo assinado em 30 de agosto de 2023, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação a ser registrado no balanço e no resultado da controladora e da Companhia.

Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

a) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês)

Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

c) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “*GloBE effective tax rate*” ou alíquota efetiva *GloBE*. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

Notas Explicativas

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 22).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Notas Explicativas

Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto

Notas Explicativas

prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs;
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii)

Notas Explicativas

O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

i) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

l) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e).

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas

Notas Explicativas

à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,43% ao ano (10,21% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	3.465	2.621
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	379	6.095
Aplicações compromissadas (b)	12.951	9.738
Aplicações automáticas (c)	117	138
	<u>16.912</u>	<u>18.592</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 92,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Além das modalidades acima, a Companhia possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas fundo – BTG CDB Plus (a)	122	313
Cotas fundo – FIDC ECO (b)	3	-
	<u>125</u>	<u>313</u>

- a) Em 31 dezembro 2023 e 31 dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária.
- b) Em 31 dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do o Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA

As aplicações financeiras – conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento (a)	19.284	19.212
Conta Corrente - Reserva (b)	-	1.123
	<u>19.284</u>	<u>20.335</u>
Circulante	2.689	3.897
Não circulante	16.595	16.438

- a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,2% em 31 de dezembro de 2022).
- b) Em 31 de dezembro de 2023, não há valores alocados na rubrica “Conta Corrente – Reserva”. Não havia remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva em 31 de dezembro de 2022.

As aplicações financeiras – conta reserva, reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de

Notas Explicativas

Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	15.466	11.971
Receitas acessórias (b)	1.732	1.398
Outras contas a receber (c)	320	289
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.511)	(1.229)
	<u>16.007</u>	<u>12.429</u>

- a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio.
- b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas nas modalidades “cartão de débito” e “cartão de crédito”.
- d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.969	12.405
Vencidos:		
Até 30 dias	37	24
De 31 a 90 dias	80	38
De 90 a 120 dias	31	19
Acima de 120 dias	1.401	1.172
	<u>17.518</u>	<u>13.658</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(1.229)	(1.007)
Valores recuperados	8	5
Constituição de PECLD	(290)	(227)
Saldo no fim do exercício	<u>(1.511)</u>	<u>(1.229)</u>

Notas Explicativas**9. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Natureza</u>		
Cível	94	83
Trabalhista	1.192	1.144
	<u>1.286</u>	<u>1.227</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 17 Provisão para Perdas Ambientais, Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.227	1.205
Adições	7	-
Baixas	-	(28)
Atualização monetária	52	50
Saldo no fim do exercício	<u>1.286</u>	<u>1.227</u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,5	11,9	8,9	4,9	-	0,2	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2022	39.632	13.213	2.513	479	968	666	57.471
Adições	4.461	310	560	13	-	-	5.344
Baixas	(177)	-	(13)	-	-	-	(190)
Transferências	(74)	-	74	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	43.842	13.523	3.134	492	968	666	62.625
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(33.584)	(7.621)	(1.751)	(444)	-	(665)	(44.065)
Adições	(2.269)	(1.597)	(254)	(24)	-	(1)	(4.145)
Baixas	-	-	11	-	-	-	11
Transferências	(3)	-	3	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	(35.856)	(9.218)	(1.991)	(468)	-	(666)	(48.199)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	7.986	4.305	1.143	24	968	-	14.426
Em 31/12/2022	6.048	5.592	762	35	968	1	13.406

Notas Explicativas

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,7	11,8	9,8	6,3	-	0,3	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	37.074	12.686	2.307	479	968	666	54.180
Adições	2.708	527	206	-	-	-	3.441
Transferências	(150)	-	-	-	-	-	(150)
Saldos em 31/12/2022	39.632	13.213	2.513	479	968	666	57.471
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(31.796)	(6.087)	(1.516)	(414)	-	(663)	(40.476)
Adições	(1.788)	(1.534)	(235)	(30)	-	(2)	(3.589)
Saldos em 31/12/2022	(33.584)	(7.621)	(1.751)	(444)	-	(665)	(44.065)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	6.048	5.592	762	35	968	1	13.406
Em 31/12/2021	5.278	6.599	791	65	968	3	13.704

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

	Contrato de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	9,3	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	1.433.201	412.067	4.749	47.576	1.897.593
Adições	115.545	124.932	170	32.626	273.273
Transferências	154.224	(154.224)	-	-	-
Impairment (e)	(161.147)	-	-	-	(161.147)
Saldos em 31/12/2023	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(232.043)	-	(3.436)	(25.034)	(260.513)
Adições	(63.911)	-	(447)	(14.132)	(78.490)
Saldos em 31/12/2023	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716
Em 31/12/2022	1.201.158	412.067	1.313	22.542	1.637.080

Notas Explicativas

	Contrato de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	9,8	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	1.274.459	264.125	4.526	17.815	1.560.925
Adições	20.067	288.367	210	29.761	338.405
Baixas	(999)	(888)	-	-	(1.887)
Transferências	139.674	(139.537)	13	-	150
Saldos em 31/12/2022	1.433.201	412.067	4.749	47.576	1.897.593
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(178.665)	-	(2.979)	(16.753)	(198.397)
Adições	(53.378)	-	(457)	(8.281)	(62.116)
Saldos em 31/12/2022	(232.043)	-	(3.436)	(25.034)	(260.513)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	1.201.158	412.067	1.313	22.542	1.637.080
Em 31/12/2021	1.095.794	264.125	1.547	1.062	1.362.528

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como intervenção e levantamento e reabilitação de pavimento e sinalização, duplicações, elementos de proteção, segurança e infraestrutura para as praças de pedágios..

b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 3,94% a.a. (3,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: obras na duplicação, pavimentações, desapropriações, sinalizações, consultoria de apoio de ampliação às obras, terraplenos e estruturas de contenção e gestão de meio ambiente.

d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram capitalizados R\$26.948 referentes a encargos financeiros (R\$27.452 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

Notas Explicativas

(e) *Impairment*

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,32% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$161.147.

Notas Explicativas**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(237.285)	(37.458)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	80.677	12.735
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(82)	(81)
Despesas indedutíveis	(2)	(5)
Incentivos fiscais (PAT)	(16)	(21)
Créditos tributários não constituídos (a)	(13.587)	(12.384)
Provisão multa órgão regulador (b)	(17.929)	-
Impairment (c)	(54.790)	-
Outros	5.729	(199)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	45
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	45
Impostos diferidos	-	-
Taxa efetiva	0,0%.	0,1%

(a) Créditos tributários não constituídos em função de não haver expectativa de realização futura.

(b) Deve-se principalmente à constituição de provisão para contingências sem a constituição do imposto diferido.

(c) Vide Nota 11.

b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS DRE	-	(45)
Total de IR/CS pagos	-	45
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	-

Notas Explicativas**13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	45.053	23.170
Circulante	12.813	6.514
Não circulante	32.240	16.656

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	23.170	1.107
Adições	32.626	29.761
Encargos financeiros (Nota 22)	4.106	919
Pagamento principal	(10.743)	(7.698)
Pagamento de juros	(4.106)	(919)
Saldo no fim do exercício	45.053	23.170

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	10,13
2 anos	10,14
3 anos	10,17
4 anos	10,21
5 anos	10,21
6 anos em diante	10,21

Vencimento das prestações

	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	14.785	8.279
Entre 1 e 2 anos	15.741	7.286
Entre 2 e 5 anos	21.487	12.388
Acima de 5 anos	3.507	-
Total valores não descontados	55.520	27.953
Total juros embutidos	(10.468)	(4.783)
	45.052	23.170

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional:				
Finem – BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	115.646	131.702
Finem – BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	179.202	196.247
			<u>294.848</u>	<u>327.949</u>
Circulante			41.044	37.140
Não circulante			253.804	290.809

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	39.760
2025	43.620	42.962
2026	47.996	47.517
2027	52.801	52.275
2028	58.058	57.478
Posteriores a 2028	51.329	50.817
	<u>253.804</u>	<u>290.809</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	327.949	357.971
Encargos financeiros (Nota 22)	32.760	35.050
Pagamento principal	(36.290)	(32.692)
Pagamento de juros	(29.571)	(32.380)
Saldo no fim do exercício	<u>294.848</u>	<u>327.949</u>
Circulante	41.044	37.140
Não Circulante	253.804	290.809

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total $\geq$ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está parcialmente adimplente com os índices financeiros (“covenants”) dos referidos contratos. O descumprimento do “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, ocorreu em virtude do registro do *impairment*, descrito na Nota 11.e). O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%. A Companhia

Notas Explicativas

não está realizando nenhuma distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, em virtude de prejuízos acumulados de períodos anteriores.

<u>Índices financeiros</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	(0,95)
(ii) Patrimônio líquido/ativo total	≥ 20%	60,7%

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento, de R\$457.152, respectivamente.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	01/01/2023	31/03/2024	8.969	529	-	685	Em até 45 dias	3.474	4.333	633	N/A	Devedor
b)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/12/2024	1.454	1.219	-	-	-	235	-	-	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços	Controladora	-	-	-	-	1	35	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor/Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023							1	720		3.709	4.333	633		
Total em 31 de dezembro de 2022							-	1.840		3.332	4.145	12.224		

- (a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (b) Prestação de serviço referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF).
- (c) Transferência de funcionários entre empresas.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$1.486.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$1.592, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração (fixa/variável)	998	1.178
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	123	(6)
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	113	105
Previdência privada	68	55
FGTS	65	57
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	222	199
	<u>1.592</u>	<u>1.591</u>

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 10,43% ao ano (10,21% para o exercício findo em 31 de dezembro 2022), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	139.934	42.667	-	-	182.601
Efeito do valor presente sobre constituição	(43.452)	(10.805)	-	-	(54.257)
Realização da manutenção	(34.050)	-	(38.146)	-	(72.196)
Ajuste a valor presente – realizações	22.467	-	-	8.779	31.246
	<u>84.899</u>	<u>31.862</u>	<u>(38.146)</u>	<u>8.779</u>	<u>87.394</u>
Circulante	23.717				18.952
Não circulante	61.182				68.442

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção	102.517	37.417	-	-	139.934
Efeito do valor presente sobre constituição	(34.299)	(9.153)	-	-	(43.452)
Realização da manutenção	-	-	(34.050)	-	(34.050)
Ajuste a valor presente – realizações	13.904	-	-	8.563	22.467
	<u>82.122</u>	<u>28.264</u>	<u>(34.050)</u>	<u>8.563</u>	<u>84.899</u>
Circulante	23.748				23.717
Não circulante	58.374				61.182

Notas Explicativas**17. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	79.433	754	80.187
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	35	18.749	2.257	21.041
(-) Pagamentos	-	(1.210)	(1.517)	(2.727)
(+) Atualização monetária	44	23.136	523	23.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023	79	120.108	2.017	122.204

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3	47.101	1.794	48.898
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2)	18.589	1.681	20.268
(-) Pagamentos	-	(2.034)	(2.284)	(4.318)
(+) Atualização monetária	(1)	15.777	(437)	15.339
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	79.433	754	80.187

a) Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R\$195 (R\$208 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$582.340 em 31 de dezembro de 2023 (R\$495.533 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

As principais adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a ações anulatórias contra o poder concedente (ANTT), em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo.

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$13.353 (R\$6.854 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

Notas Explicativas**d) Processos tributários**

Em 31 de dezembro de 2023, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$351 (R\$319 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas:		
Taxa de fiscalização	711	679
	<u>711</u>	<u>679</u>
Circulante	711	679

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$711 (R\$679 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	679	610
Custo (Nota 21)	8.533	7.853
Pagamento do principal	(8.501)	(7.784)
Saldo no final do exercício	<u>711</u>	<u>679</u>

a) Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória.

O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A

Data de reajuste: 18 de maio de cada ano.

Prazo de vigência: 09 de maio de 2038.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrente de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além dos descritos na Nota 1).

Notas Explicativas

Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$213.915 (R\$284.253 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	1.134.692	1.234.994
Conservação especial (manutenção)	445.714	510.659
Equipamentos	455.449	436.697
Total	2.035.855	2.182.350

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia – Operações	31/12/2024	Fator	144.971
			144.971

b) Operação *Infinita Highway*

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101”) em Serra – ES, no âmbito da “Operação *Infinita Highway*”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta

Notas Explicativas

relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para a realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota 22 das Demonstrações Financeiras de 2020 (R\$88.290 em 31 de dezembro de 2023).

As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Companhia.

Em 25 de junho de 2022, a Companhia tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Companhia apresentou defesa na mencionada ação judicial – alegando, em síntese, que a Eco101 não causou lesão aos usuários, tendo, inclusive, realizado investimentos superiores ao que era exigidos no período citado – e ora se aguarda o prosseguimento do processo.

Em 25 de julho de 2022, a Companhia tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a Companhia apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Em 12 de julho de 2022, a ANTT também apresentou manifestação. Em síntese, afirmou não conhecer qualquer irregularidade e que, durante a execução contratual, aplicou as medidas cabíveis para coibir qualquer descumprimento ao contrato de concessão. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento

Em 06 de setembro de 2022, a Companhia tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o andamento do processo.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU e da ANTT, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Controladora e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação *Infinita Highway*, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídico anteriores. A Controladora entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nas respectivas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas**19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.422.109 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1.183.000, representados por 1.368.000.100 e 1.422.109.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
16/01/2023	R\$ 1,00 (um real)	16.000.000	16.000
15/02/2023	R\$ 1,00 (um real)	18.000.000	18.000
16/03/2023	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
11/04/2023	R\$ 1,00 (um real)	24.000.000	24.000
15/05/2023	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
15/06/2023	R\$ 1,00 (um real)	14.000.000	14.000
07/07/2023	R\$ 1,00 (um real)	26.000.000	26.000
15/08/2023	R\$ 1,00 (um real)	24.000.000	24.000
22/09/2023	R\$ 1,00 (um real)	23.000.000	23.000
27/10/2023	R\$ 1,00 (um real)	15.000.000	15.000
22/11/2023	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
18/12/2023	R\$ 1,00 (um real)	19.109.000	19.109
		239.109.000	239.109

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

20. RECEITA LÍQUIDA**Política contábil**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	49.489	53.603
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	165.448	148.217
Vale-pedágio	26.105	22.652
Outras	177	195
	241.219	224.667
Receita de construção (b)	213.915	284.253
Receitas acessórias (c)	5.666	5.233
	460.800	514.153
Deduções da receita bruta	(21.053)	(19.450)
Receita líquida	439.747	494.703

Notas Explicativas

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	241.219	224.667
Receitas acessórias	5.666	5.233
	<u>246.885</u>	<u>229.900</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(7.407)	(6.897)
PIS (0,65%)	(1.605)	(1.494)
ISS (3% a 5%)	(11.799)	(10.987)
Abatimentos	(242)	(72)
	<u>(21.053)</u>	<u>(19.450)</u>

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	32.421	29.922
Conservação e manutenção	25.024	21.407
Serviços de terceiros (a)	32.973	32.513
Seguros	2.917	1.978
Poder concedente (Nota 18)	8.533	7.853
Provisão para manutenção (Nota 16)	31.862	28.264
Custos de construção de obras	213.915	284.253
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	82.635	65.705
Locação de imóveis e máquinas	2.470	2.495
Outros custos e despesas operacionais	28.591	29.204
	<u>461.341</u>	<u>503.594</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	438.903	483.534
Despesas gerais e administrativas	22.438	20.060
	<u>461.341</u>	<u>503.594</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

Notas Explicativas**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.261	4.668
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (Nota 9)	52	50
Outras receitas financeiras	105	39
	<u>4.418</u>	<u>4.757</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(29.620)	(32.544)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 14)	(3.140)	(2.506)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 16)	(8.779)	(8.563)
Juros capitalizados	26.948	27.452
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 13)	(4.106)	(919)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 17)	(23.703)	(15.339)
Atualização monetária outras contas a pagar	(15.676)	-
Pis/Cofins s/ outras receitas financeiras	(205)	(221)
Outras despesas financeiras	(680)	(692)
	<u>(58.961)</u>	<u>(33.332)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(54.543)</u>	<u>(28.575)</u>

23. PREJUÍZO POR AÇÃOa) Prejuízo básico por ação

O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(237.285)	(37.413)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	1.300.988	1.042.826
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>(0,018)</u>	<u>(0,04)</u>

b) Prejuízo diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	340.612	351.798
Disponibilidade (b)	(36.196)	(38.927)
Dívida líquida	304.416	312.871
Patrimônio líquido (c)	1.078.374	1.076.550
Índice de endividamento líquido	0,28	0,29

- a) A dívida é definida como passivo de arrendamento, empréstimos e financiamentos e obrigações com poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14, e 18.
- b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.
- c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (95,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamentos e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	16.912	16.912
Clientes (b)	16.007	16.007
Aplicações financeiras (a)	19.409	19.409
Passivos:		
Fornecedores (b)	23.288	23.288
Empréstimos e financiamentos (c)	294.848	284.209
Passivo de arrendamento (c)	45.053	55.520
Obrigações com poder concedente (c)	711	711
Classificação – Valor justo através do resultado		
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (d)</i>	82	82

Notas Explicativas

- a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- b) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- c) Os empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- d) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços
- Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “*rating*” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$9.417 (R\$7. 256 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	66.139	66.139	66.139	187.869
Passivo de arrendamento	14.785	15.741	11.493	13.501
	80.924	81.880	77.632	201.370

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$123.250 (ativo circulante de R\$73.030 e passivo circulante de R\$196.280), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos, provisão para manutenção e outras contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	915	1.144	1.372
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(26.117)	(32.646)	(39.175)
Juros a incorrer, líquidos		(25.202)	(31.502)	(37.803)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
TJLP (b)	6,10%	7,63%	9,15%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso – CPC 06 (R2)	32.626	29.761

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

27. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo para risco sacado (R\$ 824 em 31 de dezembro de 2022).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aportes de capital

Em 19 de janeiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$20.000 (vinte milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 20.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 06 de fevereiro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 45.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um

Notas Explicativas

real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão

Em 26 de fevereiro de 2024, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela companhia com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O Termo Aditivo prorroga em 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Termo Aditivo, que estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação.

A prorrogação dá-se em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União (“TCU”). Caso essa alternativa seja viabilizada, com a formalização da solução pelo TCU, o Terceiro Termo Aditivo será extinto e realizado um novo termo aditivo de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Caso a alternativa não seja viabilizada, será dado seguimento ao processo de relicitação previsto no Termo Aditivo. Eventuais efeitos econômicos e financeiros, decorrentes do processo de relicitação, serão reconhecidos nas demonstrações financeiras quando do início da vigência do Termo Aditivo.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.628.644 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 18(b))

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente.

Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 88.290 mil em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto.

Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema.

Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial.

Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 1 e Nota 28, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente encerrará em junho de 2024 em função da prorrogação por mais 120 dias a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado em 26 de fevereiro de 2024. A prorrogação se dá em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, atualmente em discussão na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União ("TCU"). Portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Serra – ES, 13 de março de 2024.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Serra – ES, 13 de março de 2024.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores